



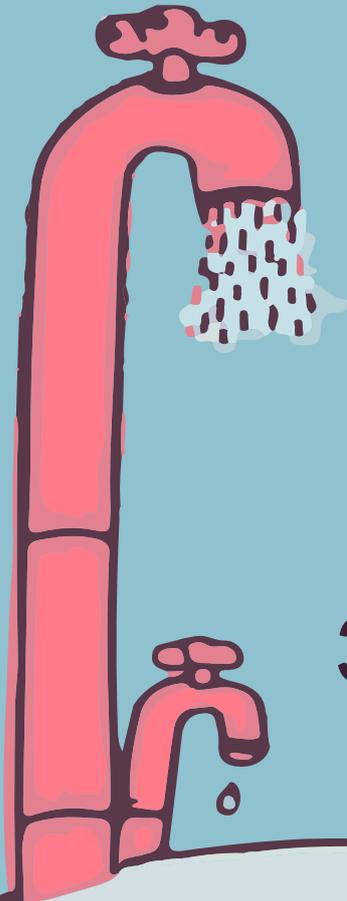
PSIRU

MULTINATIONALS
OBSERVATORY



VEIO PARA FICAR:

A REMUNICIPALIZAÇÃO DA ÁGUA
COMO UMA TENDÊNCIA GLOBAL



180 casos em 2014

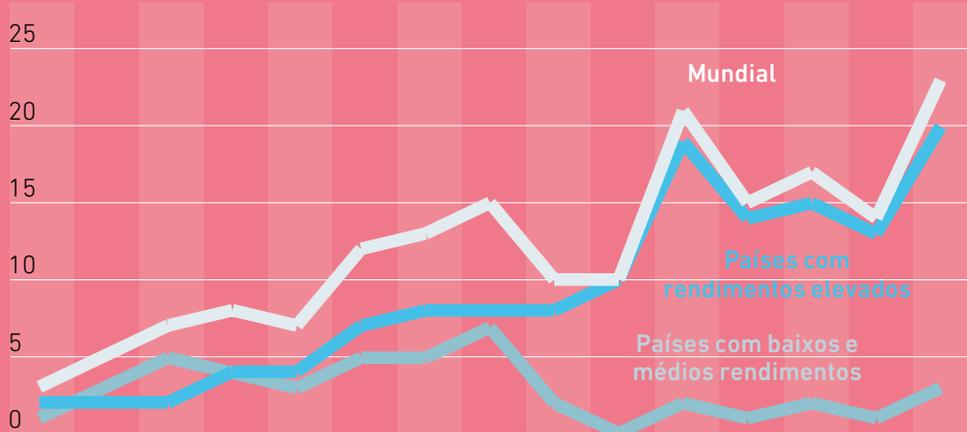
3 casos em 2000

TENDÊNCIA GLOBAL DE REMUNICIPALIZAÇÃO 2000-2014

Número de cidades que remunicipalizaram os serviços de água e saneamento entre 2000 e 2014

POR ANO:

2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014



180
Total de casos no mundo

136
Total de casos em países com rendimentos elevados

44

Total de casos em países com baixos e médios rendimentos



POR PAÍS:

Fontes: PSIRU, Food & Water Watch, Corporate Accountability International, Remunicipalisation Tracker

Autores: Emanuele Lobina, Satoko Kishimoto, Olivier Petitjean

JANEIRO 2015

Publicado pela Unidade Internacional de Pesquisa de Serviços Públicos (PSIRU), Instituto Transnacional (TNI) e Observatório Multinacional.

Editado por: Madeleine Bélanger Dumontier
Composição: Ricardo Santos

Edição portuguesa Colaboração com: Água de todos; STAL

Agradecimentos: NGostaríamos de agradecer à Mary Grant da Food & Water Watch, e à Corporate Accountability International, por fornecerem informação relativa aos casos norte-americanos; a Eloi Badia por contribuir com informação relativa aos casos espanhóis; a Lavinia Steinfort e a Vladimir Popov pela sua assistência à pesquisa; e ao Nick Buxton e Olivier Hoedeman pela revisão do relatório. Este livro branco reflecte as principais conclusões do livro sobre a remunicipalização que será publicado em 2015.

VEIO PARA FICAR:

A REMUNICIPALIZAÇÃO DA ÁGUA COMO UMA TENDÊNCIA GLOBAL

INTRODUÇÃO

Cada vez mais cidades, regiões e países por todo o mundo estão a optar por fechar o livro das privatizações no sector da água e a remunicipalizar serviços, retomando o controlo público da gestão da água e do saneamento. Em muitos casos, isto é uma resposta às falsas promessas dos operadores privados e ao seu fracasso em colocar o interesse das comunidades acima do lucro. Este relatório vê a crescente onda de remunicipalizações nos serviços de abastecimento de água e saneamento como uma tendência global e apresenta a mais completa análise de casos até à data. Nos últimos 15 anos houve pelo menos 180 casos de remunicipalização em 35 países, tanto do Norte como do Sul, incluindo casos de alto perfil na Europa, Américas, Ásia e África. Exemplo de grandes cidades que remunicipalizaram são Accra (Ghana), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapest (Hungria), Kuala Lumpur (Malásia), La Paz (Bolívia), Maputo (Moçambique) e Paris (França). Por contraste, neste mesmo período, houve muito poucos casos de privatizações nas grandes cidades: são disso exemplo a cidade de Nagpur (Índia), que teve grande oposição e contestação e Jeddah (Arábia Saudita).

Apesar de mais de três décadas de incansável propaganda a favor das privatizações e das parcerias público-privado (PPP), por instituições financeiras internacionais e governos, parece agora que a remunicipalização é uma opção política que veio para ficar. A experiência directa com problemas comuns na gestão privada da água – desde a falta de investimento em infraestruturas, até ao aumento de tarifas e danos ambientais – persuadiu comunidades e políticos, que o sector público está melhor

habilitado a prestar um serviço de qualidade aos cidadãos e a promover o direito humano à água.

A remunicipalização consiste na devolução dos serviços de água e saneamento anteriormente privatizados, ao poder local ou, mais genericamente, ao controlo público. Tipicamente, isto acontece após os contratos estabelecidos com as autarquias locais terminarem, ou através da sua não renovação, mas este processo não ocorre exclusivamente a nível local. As autoridades regionais e nacionais têm uma considerável influência sobre as políticas e financiamento de serviços, e, em alguns casos, actuam directamente como operadores nos serviços de água, portanto o processo desenvolve-se dentro de um contexto mais amplo.

Seja qual for a sua forma ou escala, a remunicipalização é geralmente uma reacção colectiva contra a insustentabilidade da privatização da água e das PPP. Confrontadas com a impopularidade da privatização, as empresas privadas utilizam o marketing e a propaganda para levar as pessoas a acreditar que as concessões, contratos de arrendamento e outras PPP são muito diferentes de uma privatização; não são. De facto, todos estes termos se traduzem na transferência do controlo dos serviços e da sua gestão para o sector privado. Os políticos têm de estar conscientes dos elevados custos e riscos inerentes à privatização da água, e como tal, têm muito a aprender com a experiência das autoridades públicas que optaram pela remunicipalização e estão a trabalhar para desenvolver uma gestão pública da água eficiente e democraticamente responsável.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1 *A remunicipalização da água é uma tendência global*

Desde Outubro de 2014, a lista global de remunicipalizações no sector da água entre 2000 e 2014 contém 180 casos. Uma vez que o mapeamento deste processo está ainda no princípio, esperamos que muito mais casos venham à luz à medida que o trabalho progride. Esta forte tendência de remunicipalização é observável em ambos os hemisférios: 136 casos conhecidos em países “ricos” – nos quais as autoridades locais possuem mais recursos e estão portanto menos sujeitas às condicionalidades dos empréstimos dos bancos internacionais – e 44 casos em países pobres ou de rendimentos medianos. No Norte, a lista de países que remunicipalizaram serviços de água inclui capitais, como Paris (França), e Berlim (Alemanha) e grandes cidades Norte-Americanas, como Atlanta e Indianápolis. Além dos simbolicamente importantes exemplos de cidades como Paris, vários municípios de menor dimensão estão a optar pela gestão pública: por exemplo, só em França mais de 50 municípios terminaram os seus contratos públicos ou decidiram não os renovar. No Sul, a remunicipalização também inclui antigos baluartes da privatização, incluindo Buenos Aires (Argentina), La Paz (Bolívia), Joanesburgo (África do Sul), Dar es Salaam (Tanzânia) e Kuala Lumpur (Malásia). Em Jakarta (Indonésia), está também em curso uma grande campanha pela remunicipalização dos serviços de água da cidade.

2 *A remunicipalização está a acelerar dramaticamente*

O número de casos em países ricos demonstra uma acentuada aceleração: 81 casos entre 2010-2014, enquanto apenas 41 ocorreram entre 2005-2009. Portanto, o ritmo das remunicipalizações duplicou nos últimos 5 anos. Esta tendência é ainda mais forte em alguns países como a França: oito casos entre 2005-2009 contra 33 casos desde 2010. Particularmente, o caso de alto perfil da remunicipalização em Paris influenciou muitos outros municípios dentro e fora de França, como em Espanha.

3 *As razões para remunicipalizar são universais*

Tal como é ilustrado pelos casos explicados abaixo, os factores que levaram à remunicipalização são semelhantes por todo o mundo. As falsas promessas das privatizações que levaram à remunicipalização incluem: desempenho medíocre das empresas privadas (e.g. Dar es Salaam, Accra, Maputo), sub-investimento (e.g. Berlim, Buenos Aires), disputas sobre custos operacionais e aumento de preços (e.g. Almaty, Maputo, Indianápolis), aumento brutal de tarifas (e.g. Berlim, Kuala Lumpur), dificuldade em monitorizar os operadores privados (e.g. Atlanta), falta de transparência financeira (e.g. Grenoble, Paris, Berlim), despedimento de mão-de-obra e deficiente qualidade de serviço (e.g. Atlanta, Indianápolis).

4 *A remunicipalização ocorre com mais frequência através da rescisão de contratos*

A maioria dos casos de remunicipalização pelo mundo fora, ocorreram após a rescisão dos contratos privados, mesmo antes de terem expirado, exceptuando a França onde a maior parte dos municípios esperou pela data de renovação para terminar a privatização da água. A nível global, 92 casos de remunicipalização ocorreram por via da rescisão de contrato, enquanto 69 casos resultaram da não renovação, após a expiração do prazo. Isto significa que na grande maioria dos casos, os contratos privados revelaram-se tão insustentáveis, que os municípios optaram pela remunicipalização, mesmo sabendo que poderiam ter de indemnizar as empresas. Não obstante a melhor forma de evitar os custos da remunicipalização, seja, antes de mais, não privatizar, este facto sugere que terminar um contrato privado é possível e frequentemente menos oneroso do que sustentar a privatização no longo prazo.

5 Na dianteira da tendência de remunicipalização estão países com uma longa experiência na gestão privada da água

Não é por acaso que a França, o país com a mais longa história de privatização da água e sede das maiores multinacionais do sector, apresenta tantos casos de remunicipalização. Os municípios e populações franceses experimentaram em primeira-mão o “modelo de gestão privado” que a *Veolia* e a *Suez* exportaram por todo o mundo. Nos últimos anos, várias cidades francesas decidiram seguir os passos de Grenoble e Paris e retomar o controlo dos seus serviços de água. Um grande número de contratos está-se a aproximar dos seus prazos de renovação nos próximos anos, sendo expectável que muito mais cidades francesas optem pela remunicipalização.

6 A remunicipalização tende a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de água

Eliminando a lógica de maximização do lucro, imperativa no sector privado, a remunicipalização da água leva com frequência à melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de água. A igual ou maior eficiência dos serviços públicos de água, bem como os preços mais baixos, pode ser observado em casos tão diversos como os de Paris (França), Arenys de Munt (Espanha) e Almaty (Kazakhstan). Em alguns casos os novos operadores públicos também aumentaram dramaticamente o investimento nos sistemas de água, como é o caso de Grenoble (França), Buenos Aires (Argentina) e Arenys de Munt (Espanha), onde o município e o novo operador público reestruturaram o sistema tarifário de forma a garantir o acesso à água às famílias com rendimentos mais baixos. Em Buenos Aires na Argentina, atingir o acesso universal à água tornou-se uma prioridade para o novo operador *AySA* e aumentou drasticamente o investimento em infraestruturas. Desde a remunicipalização, a *AySA* criou programas de formação para os funcionários que trabalham com moradores em bairros pobres para expandir o acesso ao serviço.

7 A remunicipalização oferece oportunidades de construção de governação democrática

A remunicipalização contribui para o fortalecimento da responsabilização e da transparência. Em Paris e Grenoble (França), os novos operadores públicos introduziram formas avançadas de participação dos cidadãos. Em primeiro lugar, representantes da sociedade civil têm assento no Conselho de Administração juntamente com representantes municipais, com iguais direitos de voto. Isto permite à sociedade civil participar activamente na gestão deste serviço público essencial e otimizar as operações às necessidades e interesses locais. Em segundo lugar, foram criados observatórios abrindo espaço aos cidadãos para a participação em decisões estratégicas ao nível dos investimentos, opções tecnológicas e definição de tarifas. Ambas as cidades consideram que o pleno acesso à informação é condição fundamental para garantir a responsabilização, a transparência e a participação.

8 A remunicipalização comporta riscos externos, incluindo possíveis litígios

Para que a remunicipalização seja bem sucedida é necessário existir um cuidadoso planeamento e avaliação dos riscos externos, particularmente nos países do Sul, que se encontram sobre forte pressão de agências internacionais pró-privatização. Os decisores precisam estar cientes de que os custos de transição de uma remunicipalização podem incluir o pagamento de compensações aos operadores privados pelos lucros cessantes. Quando um contrato privado é rescindido, a respectiva empresa pode processar o governo local no sentido de receber a totalidade dos lucros garantidos pelo contrato. Uma concessionária privada em Arenys de Munt, Espanha, fez uma oposição feroz contra a remunicipalização tendo apresentado diversas queixas contra o município. A cidade de Indianápolis, EUA, foi obrigada a pagar uma fiança de 29 milhões de dólares à multinacional Francesa, *Veolia*, para rescindir o contrato de 20 anos, mais de 10 anos antes do seu termo. Os habitantes de Berlim tiveram de suportar elevados custos para a compra das acções detidas por dois operadores privados. Concessionários privados processaram Tucuman e Buenos Aires, na Argentina, através de um tribunal arbitral internacional, de forma

a obterem compensação. O risco de ter de pagar pesadas indemnizações pode distorcer o processo de tomada de decisão por parte dos governos locais que ponderam a rescisão e a remunicipalização (e.g. Jakarta, Indonésia; Szeged, Húngria; Arezzo, Itália). Mas noutros casos, os potenciais ganhos são de tal forma evidentes que as autoridades estão prontas a enfrentar os riscos.

9 *Parcerias público-público podem apoiar os esforços da remunicipalização*

Operadores públicos de água e associações nacionais ou regionais cooperam cada vez mais nos processos de remunicipalização. Em Espanha, a companhia pública regional Aguas del Huesna (Andaluzia) facilitou a remunicipalização em 22 municípios. Os operadores de água remunicipalizada de Paris e Grenoble tiveram

um papel crucial no auxílio à remunicipalização e melhoria dos serviços de água noutros municípios, em França e não só. Autoridades locais e operadores de água públicos franceses beneficiaram com a troca de experiências e conhecimento sobre a remunicipalização, facilitada por associações municipais e empresas públicas. A instituição regional CONGIAC, na Catalunha, também teve um papel chave no processo de remunicipalização em Arenys de Munt, desde a tomada de decisão até à sua implementação. Existem outros exemplos além-fronteiras: após o falhanço das PPP (Parcerias Público-Privado), o governo de Moçambique encetou uma parceria sem fins lucrativos com uma empresa pública holandesa de água, focada na construção de capacidades locais. A cooperação entre empresas públicas de água como parte de parcerias público-público, é uma alternativa viável às onerosas PPP e a forma mais eficaz de ajudar as autoridades públicas de água a melhorar os serviços.

MENSAGENS PARA OS POLÍTICOS E AUTORIDADES LOCAIS

Este relatório é o primeiro mapa global de casos de remunicipalização nos últimos 15 anos. As conclusões deste exercício transmitem as seguintes mensagens aos políticos do Norte e Sul:

1 *Evitar a privatização da água ou o estabelecimento de Parcerias Público-Privado (PPP)*

Políticos e funcionários públicos que estejam a considerar a transferência da gestão da água para o sector privado devem ponderar os riscos dessa decisão e aprender com os erros de outras autoridades locais. A privatização e as PPP, ao invés de trazerem a prometida gestão eficiente e inovação, têm produzido sistematicamente efeitos negativos a longo-prazo para as comunidades locais e os seus governos. Uma vez assinados os contratos privados, a sua rescisão antes do prazo é dificultada pelo risco do pagamento de indemnizações multimilionárias.

2 *A remunicipalização é uma cura viável contra as promessas não cumpridas da privatização e das PPP*

Há muito a aprender com outras autoridades públicas e comunidades sobre como remunicipalizar e promover serviços públicos de água de qualidade. As forças políticas que estejam a considerar rescindir contratos insatisfatórios com operadores privados podem retirar lições preciosas dos exemplos das mais de 180 cidades que, por todo o mundo, foram bem sucedidas na remunicipalização. Mais ainda, a remunicipalização é uma oportunidade para reinventar os serviços públicos de água e torná-los mais eficientes e escrutináveis pela comunidade local. Operadores públicos, associações regionais e nacionais do sector da água, bem como organizações civis, estão cada vez mais bem preparados para apoiar os processos de remunicipalização. A solidariedade, a cooperação e parcerias entre autoridades públicas podem desbloquear o caminho para serviços de água mais sustentáveis, inclusivos e democráticos.

CASOS DE REMUNICIPALIZAÇÃO DE ÁGUA

Os 13 casos apresentados de seguida reúnem alguns dos temas recorrentes relacionados com a remunicipalização da água. Estes incluem o processo da remunicipalização, as suas determinantes e resultados.

Grenoble, França

Uma concessão controversa que tinha sido concedida, como resultado de um processo corrupto, a uma subsidiária da Suez

em 1989, foi criticada por um organismo regional de auditoria por ser economicamente errada. O contrato foi renegociado numa parceria com o governo municipal em 1996, mas este provou ser igualmente controverso. O contrato renegociado permitiu que o operador subcontratasse a gestão e outros serviços à Suez, garantindo uma remuneração crescente ao operador, mesmo na ausência de riscos operacionais adicionais. Além disso, o tribunal declarou nulos os contratos e decisões municipais. A decisão de remunicipalizar a água foi tomada em Março de 2000, e implementada em 2001 após a rescisão do contrato com a subsidiária da Suez por motivos de corrupção, falta de transparência e preços excessivos. O operador público municipal, *Eau de Grenoble* aumentou três vezes os investimentos na manutenção e renovação da infraestrutura quando comparado com o anterior operador privado, mantendo as tarifas num nível mais baixo e estável. A nova empresa pública adoptou uma forma avançada de participação pública na tomada de decisões, em que um terço dos membros do Conselho de Administração com direito a voto são representantes da sociedade civil e os outros dois terços são vereadores (Lobina e Hall, 2007).

Em 1984, dois contratos de concessão de 25 anos para o abastecimento de água de Paris foram atribuídos à Veolia e à Suez (cada uma das empresas cobrindo metade da cidade). Em 2000, os contratos foram criticados pelo organismo regional de auditoria por falta de transparência financeira e em 2002 uma auditoria solicitada pela cidade de Paris concluiu que os preços cobrados pelas empresas privadas eram entre 25% e 30% superiores aos custos económicos justificados. Em 2003, o organismo nacional de auditoria descobriu uma enorme

Paris, França

e crescente diferença entre as reservas financeiras constituídas pelos operadores privados para a manutenção das redes e os trabalhos efectivamente realizados. Esta tática teve o efeito de inflacionar os preços e adiar a manutenção das infraestruturas. Além disso, as filiais das Veolia e Suez receberam comissões pelo "know-how". Os operadores privados subcontrataram trabalhos e manutenção às suas empresas subsidiárias recebendo assim lucros adicionais. Apesar da renegociação em 2003, esta situação manteve-se durante vários anos pelo que a cidade de Paris decidiu retomar o controlo do abastecimento de água. A remunicipalização aconteceu em Janeiro de 2010 após terminar o prazo dos contratos com a Veolia e a Suez. Os contratos privados não foram renovados devido à falta de transparência financeira e responsabilização, que tinham sido repetidamente criticadas pelo organismo público de auditoria.

No primeiro ano de operações, o novo operador municipal *Eau de Paris* realizou poupanças de 35M€, que permitiu baixar as tarifas em 8%. Até ao momento as tarifas de água e saneamento em Paris permanecem bem abaixo da média nacional apesar das dificuldades técnicas específicas em assegurar água potável numa grande metrópole. A *Eau de Paris* também se envolveu em acções de solidariedade: aumentou a sua contribuição para o fundo de solidariedade da habitação da cidade (de 175.000,00€ para 500.000,00€), pagou uma contribuição solidária a 44.000 famílias pobres, lançou uma campanha de poupança de água, e evitou sistematicamente cortar a água nas casas ocupadas (Pigeon et al, 2012). Transparência e responsabilidade foram reforçadas na nova governação da *Eau de Paris* (Sinai, 2013). A cidade criou um Observatório da Água para promover o envolvimento cívico na *Eau de Paris*. Relativamente à participação dos cidadãos na tomada de decisão, 11 membros do conselho de administração da *Eau de Paris* são vereadores, dois membros são representantes dos trabalhadores e cinco são representantes da sociedade civil (um do Observatório, peritos em água e saneamento, uma organização não governamental do ambiente e uma organização de consumidores). O antigo presidente do conselho de administração da empresa, Anne Le Strat, afirmou que o "modelo do Observatório é uma nova forma de a empresa ouvir directamente os cidadãos e destes se envolverem na gestão estratégica da *Eau de Paris*."

Berlim, Alemanha

Em 1999, 49,9% das acções da *Berlinwasser Holding AG (BWH)* - detentor do operador de água de Berlim

Berliner Wasserbetriebe Anstalt öffentlichen Rechts (BWB) - foram vendidas a um consórcio que incluiu a *RWE* e a *Veolia*. O contrato secreto permitiu ao consórcio privado controlar a gestão da *BWB* através da nomeação do director executivo e do director financeiro. O contrato com a *RWE* e a *Veolia* garantia que o retorno do capital para os accionistas privados seria de 8%, e este nível de lucro seria garantido pelo Estado de Berlim durante 28 anos. O contrato era altamente controverso conduzindo a um severo sub-investimento e aumento dos preços, uma situação que desencadeou um referendo popular em 2011 para a publicação dos termos do contrato. O contrato era tão impopular que nas eleições locais de Setembro de 2011 a remunicipalização era parte dos programas dos três dos quatro maiores partidos políticos. O contrato terminou quando o Estado de Berlim comprou as acções detidas pela *RWE* em Abril de 2012 e as acções detidas pela *Veolia* em Setembro de 2013. Este processo que concluiu a remunicipalização, custou aos contribuintes 1.3 mil milhões de euros para recomprar as acções, que serão pagos através de aumentos nas tarifas nos próximos 30 anos. Este fardo financeiro lança dúvidas sobre a sustentabilidade da operação apesar da remunicipalização.

Atlanta, EUA

Apenas seis meses após tomar posse, a, então, presidente da Câmara Shirley Franklin, pôs fim ao contrato de concessão

de 20 anos com a *United Water*, alegando má gestão, 16 anos antes do seu termo. A *United Water*, uma subsidiária da *Suez* é uma das maiores empresas privadas de água nos EUA. Nos quatro anos que a *United Water* geriu o sistema de água de Atlanta (1999-2003), despediu metade da força de trabalho e as tarifas continuaram a subir ano após ano. A qualidade da água baixou de tal forma que em algumas ocasiões os residentes eram forçados a ferver a água devido ao insuficiente tratamento da água levado a cabo pela *United Water*, ou com a água a sair das torneiras com uma cor alaranjada e acastanhada. Eventualmente, a cidade teve de contratar os seus próprios inspectores para controlar o trabalho da *United Water* custando à cidade mais 1 milhão de dólares (Lobina e Corporate Accountability International, 2014).

Indianápolis, EUA

Apesar da *Veolia* continuar a gabar-se da sua performance em Indianápolis, os materiais de publicidade não contam toda a história.

Durante o mandato com os serviços de água da cidade que começou em 2002, a ausência de adequadas medidas de protecção implicou um alerta para a necessidade de ferver a água, atingindo mais de milhão de pessoas e à perda de dias de escola; os trabalhadores não sindicalizados perderam as suas pensões; e por volta de 2005, um grande júri federal investigava alegados relatórios falsos da *Veolia* sobre a qualidade da água. Há vários anos em exercício, a *Veolia* renegociou às escondidas e sem a supervisão da Comissão Reguladora dos Serviços Públicos de Indiana. A *Veolia* ameaçou sair e encurralou a cidade a fazer um acordo estabelecendo pagamentos adicionais de 1.9 milhões de dólares para compensar os lucros que a *Veolia* estava a perder. A *Veolia* também sobrefacturou sistematicamente os residentes cobrando um valor estimado, baseado no consumo de água no Verão, sem o conhecimento da Comissão Reguladora dos Serviços Públicos de Indiana. Peter Kovacs o advogado local que intentou um processo colectivo em nome de 250 mil residentes recorda o apoio imediato que recebeu de umas centenas mais, e como a atenção da imprensa forçou o governo local a enfrentar o problema. Finalmente, a cidade foi forçada a pagar 29 milhões de dólares à *Veolia* para rescindir o contrato mais de dez anos antes do seu fim (Lobina e Corporate Accountability International, 2014).

Buenos Aires, Argentina

Em Maio de 1993, um consórcio liderado pela *Suez-Lyonnaise des Eaux* iniciou uma concessão de água e saneamento de 30 anos na cidade de Buenos Aires, Argentina. Estavam apenas decorridos oito meses quando a empresa *Aguas Argentinas* requereu uma "revisão extraordinária" das tarifas, devido a perdas operacionais imprevistas. Apesar da subida das tarifas aprovada em Junho de 1994, o contrato de concessão foi renegociado em 1997 e substancialmente alterado, pouco restando do conteúdo inicial. Não só foram introduzidas novas taxas e as tarifas ajustadas, como o concessionário beneficiou de oito meses adicionais para implementar os investimentos projectados e vários investimentos acordados inicialmente ou foram cancelados ou adiados. De Maio de 1993 a Dezembro de 1998, as *Aguas Argentinas* não realizaram 57.9% dos investimentos previstos inicialmente num total de 746.39 milhões de dólares (Lobina, 2005). Em 2002 o governo entrou num processo de negociação do contrato que

durou anos. Finalmente, após violentos confrontos, o governo cancelou o contrato de concessão e criou a empresa pública *Aysa* para assumir imediatamente a responsabilidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento (Azpiazu e Castro, 2012).

A *Suez* lançou um pedido de indemnização no Centro Internacional de Resolução de Conflitos relativos a Investimentos (ICSID). A *Suez* foi processada nos tribunais argentinos por cidadãos individuais, organizações da sociedade civil e autoridades locais pela má qualidade do serviço prestado.

A nova empresa pública *Aysa*, sob um modelo de propriedade pública participativo (o estado detém 90% e o sindicato dos trabalhadores da empresa 10%) trouxe mudanças positivas. Investe na força de trabalho: as horas de formação aos trabalhadores aumentaram significativamente, de 21 mil e 784 horas em 2006 para 60 mil horas em 2009. A evidência também sugere que a *Aysa* foi diligente em desenvolver melhores condições de trabalho em termos de saúde e higiene. O alargamento do acesso é uma prioridade máxima. Desde 2009 o governo federal injectou milhões em infraestruturas para o acesso universal sob o Plano para os Bairros Pobres. Também foi desenvolvida uma estratégia criativa: foram criadas cooperativas de trabalhadores para envolver os residentes no alargamento do acesso à água nos bairros mais desfavorecidos, conectando mais de 700 mil pessoas (Azpiazu e Castro, 2012).

Tucuman, Argentina

Este contrato privado terminou depois de os consumidores deixarem de pagar as facturas em resultado de graves falhas operacionais. Em 2007, o Centro Internacional de Resolução de Conflitos relativos a Investimentos (ICSID) condenou a Argentina a pagar 105 milhões de dólares em vez dos 375 milhões de dólares exigidos pela *Vivendi* (actualmente *Veolia*). Isto sugere que as multinacionais podem inflaccionar os pedidos de indemnização em ordem a distorcer o processo judicial e negocial a seu favor.

Em 2005, o contrato foi rescindido pelo Governo com base no fraco desempenho do serviço prestado. A empresa inglesa

Biwater intentou dois pedidos de indemnização em dois tribunais arbitrais internacionais e perdeu ambos. A empresa perdeu o caso no Supremo Tribunal do Reino Unido, sob as regras da UNCITRAL (com base na rescisão do contrato), e foi condenada a pagar 3 milhões libras por danos, valor que se recusou a pagar (Pigeon et al, 2012). Também perdeu o caso no Tribunal do

Dares Salam, Tanzânia

ICSID, com base no argumento da expropriação, que decidiu que apesar de o governo da Tanzânia ter violado o tratado de investimento bilateral com o Reino Unido em quatro ocasiões diferentes (incluindo a expropriação ilegal dos bens do consórcio local da *Biwater*, a *City Water*), a empresa não tinha direito a receber a compensação porque o valor do investimento na *City Water* era nulo ao tempo da expropriação.

Almaty, Kazaquistão

Em 1999, a multinacional francesa *Vivendi* (actualmente *Veolia*) ganhou um contrato de concessão de 30 anos de água e saneamento em Almaty. A concessão foi rescindida e remunicipalizada em 2003 devido a desacordos relativos a aumentos de preços exigidos pela *Veolia*, que eram o dobro do que o governo estava preparado para aceitar. A *Veolia* exigia aumentos de tarifas de 0.08 dólares por m³ em 1999 para 0.12 dólares em 2002 e 0.29 dólares em 2005. Após a remunicipalização em 2005, a empresa pública *Vodokanal* estava a cobrar 0.15 dólares (Maslyukivska e Sohail, nd).

Malásia está num processo de renacionalização da rede de água (Pigeon et al, 2012).

Kuala Lumpur, Malásia

Na província de Selangor, que inclui Kuala Lumpur, a concessão de água é operada pela *Syabas*, detida pela empresa privada malaia *Puncak Niaga*. Sob um acordo com a empresa parente *Puncak Niaga*, a *Syabas* tem de pagar à *Puncak management* remunerações anuais no valor de 8.4 milhões de MYR (aproximadamente 2.6 milhões de dólares) e 32 milhões de MYR (9.8 milhões de dólares) desde 2005. *Syabas* ganhou 72% dos contratos, no valor de 600 milhões de MYR, sem concurso público. As tarifas praticadas pela *Syaba* são mais do dobro do valor cobrado pelo operador público de água no estado de Penang. Em Setembro de 2014 o governo federal e o governo estadual assinaram um acordo para finalizar a reestruturação do abastecimento de água de Selangor. Quatro dos três concessionários incluindo a *Syabas* detida pela *Puncak Nyaga*, serão compradas pela *Syarikat Air Selangor*, que será a nova empresa do estado para tratar e distribuir a maior parte da água de Selangor.

Jakarta, Indonésia

Em 1997, dois contratos de concessão de 25 anos foram adjudicados respectivamente a duas subsidiárias das multinacionais *Suez* e da britânica *Thames Water*. As duas concessões foram altamente controversas, devido à falta de transparência na adjudicação dos contratos e ao fraco desempenho.

Pam Jaya, a empresa pública de água, e o governo acumularam pelo menos 590 bilhões de IDR (48.38 milhões de dólares) de dívida depois de 16 anos de operações. Esta dívida é devida à disparidade nos mecanismos de pagamentos estabelecidos no acordo entre as empresas privadas e o governo. O acordo inclui uma taxa de água paga pela *Pam Jaya* aos operadores privados, que é aumentada a cada seis meses, enquanto as tarifas de água pagas pelos residentes ao governo provincial não podem ser aumentadas porque eles já são sujeitos a facturas de água elevadas. Isto criou uma situação em que a *Pam Jaya* apresenta regularmente enormes défices. As tarifas de água aos consumidores residenciais subiram dez vezes em Jakarta, tornando-as as mais altas em todo o sudoeste asiático. A mobilização social dos cidadãos e trabalhadores contra a privatização tem sido forte. A Coligação dos Residentes de Jakarta Contra a Privatização da Água (KMMSAJ), intentou em 2012 uma acção popular reclamando que o Tribunal distrital de Jakarta decreta uma providência que determinaria que o Governo rescindisse as concessões. Em 2013 o governador de Jakarta, Joko Widodo (actual presidente da Indonésia) anunciou que a cidade compraria as acções detidas pela *Suez*. Em Março de 2014, o governo de Jakarta planeou usar a empresa pública *JakPro* para comprar as acções detidas pela *Suez* na concessão de Jakarta. KMMSAJ criticou este plano uma vez que o contrato existente com a empresa privada continuaria, provavelmente, a subsistir. No momento em que escrevemos, o processo está em desenvolvimento mas é claro que a emblemática privatização da água de Jakarta provou ser insustentável (Jacobson, 2014).

Moçambique

No final dos anos oitenta e durante os anos noventa do século passado,

Moçambique privatizou as empresas públicas e a gestão da água. Em 1999 o governo estabeleceu uma parceria público-privado (PPP) com a *Águas de Moçambique (AdeM)*, cujo maior accionista era a *Águas de Portugal (AdP)*, na capital do país, Maputo e nas quatro maiores cidades provinciais, Beira, Nampula, Quelimane e Pemba. Após as fortes chuvadas que provocaram as devastadoras cheias de 2000, a *AdeM* queria aumentar as tarifas para compensar as perdas. Enquanto o governo estava insatisfeito com o incumprimento dos objectivos e das obrigações do parceiro, este afirmava que as pesadas perdas justificavam o aumento de tarifas. Os contratos nas quatro cidades provinciais terminaram em 2008 e não foram renovados. Maputo tinha um contrato mais longo, que terminou em 2010, antes do fim do prazo do contrato, quando o governo através da holding pública *FIPAG* comprou 73% das

acções. Moçambique centralizou a gestão da água através da *FIPAG*, pondo fim de forma efectiva a uma década de PPP. Em 2005 o governo de Moçambique iniciou uma parceria sem fins lucrativos (WOP) com a empresa holandesa *Vitens Evides International (VEI)* em quatro cidades para prover serviços públicos de água acessíveis e de qualidade à população, focando-se no reforço das capacidades dos trabalhadores locais e de gestão. Enquanto se espera para ver se os serviços de água têm a capacidade autónoma para manter um bom desempenho no longo prazo, as parcerias foram alargadas a mais oito cidades no país e representam uma abordagem viável para reforçar a capacidade local de prover serviços de água.

Uma pequena cidade na Catalunha ilustra como um concessionário privado recorre algumas vezes a ma-

Arenys de Munt, Espanha

nobras de obstrução coerciva e os tipos de mudanças provocadas pela remunicipalização. Em 2010, a Câmara Municipal decidiu não renovar o contrato de concessão com a *SOREA*, uma subsidiária da *Suez* que operava os serviços de água da cidade desde 1999. Durante o debate político e depois da decisão, a *SOREA* apresentou uma série de processos administrativos que serviram para intimidar os membros da Câmara Municipal. Por exemplo, a *SOREA* requereu a liquidação dos investimentos não recuperados e uma indemnização por danos e perda de lucros cessantes. Apesar destas manobras, a cidade de Arenys de Munt começou a gerir o serviço directamente em 2011, sob uma divisão da empresa municipal *GUSAM* (Gestión Urbanística y Servicios de Arenys de Munt S.A.). No primeiro ano foi um enorme desafio instalar a gestão dos serviços. A entidade pública regional *CONGIAC* (Gestão integrada de Águas de Catalunha) desempenhou um papel central na formação profissional, oferecendo à *GUSAM* os serviços do laboratório de controlo de qualidade e a compra agregada de electricidade. Esta parceria público-público ajudou a melhorar a provisão do serviço. Foi introduzido um desconto nos primeiros 100 litros por pessoa por dia e como resultado as tarifas em Arenys de Munt são agora 31% mais baixas que a tarifa média na província de Barcelona. O novo operador público *Aigües de Arenys* também adoptou políticas sociais para garantir o acesso a este serviço vital às famílias mais vulneráveis (os que ganham menos que o salário mínimo). A integração dos serviços de água potável e de saneamento permitiu à cidade aumentar os investimentos na rede de água. Também contribuiu para melhorar a eficiência da "produção" de água de 57% para 67%. A gestão pública melhorou a qualidade do serviço e colocou o interesse público em primeiro lugar.

LISTA MUNDIAL DAS REMUNICIPALIZAÇÕES

em Outubro de 2014

As cidades que remunicipalizaram os serviços de água e o saneamento entre 2010 e 2014 estão enumeradas abaixo nas duas tabelas. A primeira tabela enumera as cidades nos países de elevados rendimentos, e a segunda tabela enumera as cidades nos países de baixos e médios rendimentos.

Cada tabela contém informação sobre as cidades ou as áreas geográficas mais alargadas que remunicipalizaram a água, o ano em que a decisão foi tomada, a empresa privada que operava o serviço antes da remunicipalização, e o ponto de situação do processo de remunicipalização.

Esta metodologia permite-nos avaliar a dimensão e o ritmo da remunicipalização da água nos diferentes países bem como comparar o Norte e o Sul globais.

R Rescisão **T** Contrato terminou e não foi renovado **P** Rescisão prevista
V Vendido pelo operador privado **N** Retirada do operador privado

[Ligação para www.remunicipalisation.org](http://www.remunicipalisation.org) [Ligação para aceder a outras fontes](#)

Tabela 1 Países de elevados rendimentos

	País	Cidade	Data	Empresa	Situação
1	Alemanha	Krefeld	2005	RWE	R
2	Alemanha	Stuttgart	2010	EnBW	T
3	Alemanha	Solingen	2012	MVV Energie AG	R
4	Alemanha	Bielefeld	2012	Stadtwerke Bremen/Essent	R
5	Alemanha	Oranienburg	2012	Gelsenwasser	R
6	Alemanha	Berlim	2013	Veolia/RWE	R
7	Alemanha	Burg (Sachsen-Anhalt)	2014	Veolia	T
8	Alemanha	Rostock	2014	Remondis	P
9	Bélgica	Regional (Aquafin)	2004	Severn Trent	R V
10	Canadá	Hamilton	2004	American Water	T
11	Canadá	Hamilton	2006	Enron	
12	Espanha	Medina Sidonia	2003	Aqualia	R
13	Espanha	Huesna (Alanís de la Sierra, Alcolea del Río, Almadén de la Plata, Brenes, Las Cabezas, Cantillana, Carmona, Cañada Rosal, Constantina, El Coronil, El Cuervo, El Madroño, Los Molares, Lebrija, Los Palacios y Villafranca, El Pedroso, El Real de la Jara, Tocina, Villanueva Del Río y Minas, El Viso del Alcor, San Nicolás del Puerto, Utrera)	2007	ACS	R
14	Espanha	Figaró Montmany	2009	Grup CASSA	R
15	Espanha	Arenys de Munt	2011	SOREA (AGBAR)	R
16	Espanha	Arteixo	2013	Aqualia (FCC)	R
17	Espanha	La Línea de la Concepción	2013	Aqualia (FCC)	R
18	Espanha	Alfes	2014	Aigües de Catalunya	N
19	Espanha	Ermua	2014	Suez	R
20	Espanha	Estella del Marqués	2014	Aqualia	R
21	Espanha	Guadalcaçin	2014	Aqualia	R
22	Espanha	Montornés del Vallès	2014	Familiar privada	P

23	Espanha	Torrecedra	2014	Aqualia	R
24	EUA	Atlanta, GA	2003	Suez	R
25	EUA	Angleton, TX (link)	2004	Veolia	R
26	EUA	Plainfield, IN (link)	2004	United Water	R
27	EUA	Laredo, TX	2005	United Water (Suez)	R
28	EUA	Coxsackie, NY	2005	Veolia	R
29	EUA	Jackson, AL	2005	Veolia	
30	EUA	Pekin, IL (link)	2005	United Water	T
31	EUA	East Aurora, NY	2005	Veolia	T
32	EUA	Conroe, TX	2005	Veolia	R
33	EUA	Demopolis, AL	2006	Veolia	T
34	EUA	Five Star Water Supply District, AL	2006	Veolia	R
35	EUA	Southern Water & Sewer District, KY	2006	Veolia	R
36	EUA	North Brunswick, NJ	2006	United Water	R
37	EUA	Logan, WV	2006	Veolia	T
38	EUA	Petaluma (tratamento de águas residuais), CA	2007	Veolia	T
39	EUA	Houston (tratamento de águas), TX (link)	2007	United Water (Suez)	R
40	EUA	Karnes City, TX	2007	Veolia	T
41	EUA	Winchester, NH	2008	United Water	R
42	EUA	Stockton, CA (link, link)	2008	OMI-Thames Water	R
43	EUA	Fairfield-Suisun (tratamento de águas residuais), CA (link)	2008	United Water (Suez)	R
44	EUA	Central Elmore Water & Sewer Authority, AL	2008	Veolia	
45	EUA	Cave Creek, AZ	2008	American Water	T
46	EUA	Horn Lake, MS	2008	Southwest Water	R
47	EUA	Odem, TX	2008	Veolia	R
48	EUA	Hayden, ID (link)	2009	Veolia	R
49	EUA	Durham County, NC (link)	2009	United Water	R
50	EUA	Burley (tratamento de águas residuais), ID (link)	2009	Veolia	R
51	EUA	Surprise, AZ	2009	American Water	T
52	EUA	Biddeford, ME (link)	2009	CH2M Hill OMI	T
53	EUA	O'Fallon, MO	2009	Alliance Water Resources	T
54	EUA	Kline, PA (link)	2009	United Water	N
55	EUA	North Adams, MA (link)	2010	United Water	R
56	EUA	Overton, TX (link)	2010	Veolia	R
57	EUA	Indianápolis, IN (link)	2010	Veolia	R
58	EUA	Freeport, IL	2010	United Water	T
59	EUA	Evansville, IN (link)	2010	American Water	T
60	EUA	Gary, IN	2010	United Water	R*
61	EUA	Liberty, MO	2010	CH2M Hill OMI	R
62	EUA	Webb City, MO	2010	CH2M Hill OMI	T
63	EUA	Skaneateles, NY	2010	Severn Trent	R
64	EUA	Lampasas, TX	2010	CH2M Hill OMI	R
65	EUA	Leander, TX	2010	Southwest Water	
66	EUA	Whitesburg (água e águas residuais), KY	2011	Veolia	R
67	EUA	Brunswick -Glynn County, GA	2011	United Water	R

68	EUA	Tama, IA (link)	2011	Veolia	R
69	EUA	Schenectady (tratamento de águas residuais), NY	2011	Veolia	R
70	EUA	Plymouth (agua y aguas residuales), NC (link)	2011	Veolia	T
71	EUA	Manchester Township, NJ	2011	United Water	
73	EUA	Summit City, NJ	2011	United Water	R
74	EUA	New Albany (tratamento de águas residuais), IN	2012	American Water	T
75	EUA	Gladewater, TX	2012	Veolia	R
76	EUA	Lanett AL	2012	Veolia	
76	EUA	Barstow, CA	2012	United Water	T
77	EUA	Coeburn, VA	2013	Veolia	R
78	EUA	Weslaco, TX (link)	2013	CH2M Hill	R
79	EUA	Cameron, TX	2013	Severn Trent	R
80	EUA	Storm Lake, IA (link)	2013	Veolia	R
81	EUA	Reidsville, NC	2014	United Water	R
82	EUA	Oakland County, MI	2014	United Water	R
83	França	Briançon	2000	SAUR	R
84	França	Grenoble	2000	Suez	R
85	França	Neufchâteau	2001	Veolia	R
86	França	Venelles	2001	SAUR	T
87	França	Cherbourg	2002	Veolia	T
88	França	Lanvollon-Plouha	2002	Veolia/Suez	T
89	França	Castres	2003	Suez	R
90	França	Varages	2003	Suez	T
91	França	Embrun	2006	Veolia	T
92	França	Saint-Paul (Reunião)	2006	Veolia	R
93	França	Châtelleraut/Naintré	2007	Veolia	T
94	França	La Fillière	2007	Suez	T
95	França	Tournon-sur-Rhône	2007	SAUR	T
96	França	Belley	2008	Alteau	T
97	França	Digne-les-Bains	2009	Suez	T
98	França	Gran Ruan	2009	Veolia/Suez	T
99	França	Albi	2010	Suez	T
100	França	Annonay	2010	SAUR	T
101	França	Lacs de l'Essonne	2010	Veolia/Suez	T
102	França	Barousse Comminges Save	2010	SEM Pyrénées	R
103	França	Paris	2010	Veolia/Suez	T
104	França	Saint-Jean-de-Braye	2010	SAUR	T
105	França	Tarnos, Ondres, Boucau e St-Martin-de-Seignaux	2010	Suez	T
106	França	Bordéus	2011	Suez	T
107	França	Évry Centre Essonne	2011	Suez	T
108	França	Jonzac	2011	Veolia	T
109	França	Montbéliard	2011	Veolia	R
110	França	Gran Nantes	2011	Veolia/Suez	T
111	França	Brest	2012	Veolia	T
112	França	Gâtine	2012	Suez	R

113	França	Muret	2012	Veolia	T
114	França	Saint-Malo	2012	Veolia	T
115	França	Saint-Pierre des Corps	2012	Veolia	T
116	França	Argenton-sur-Creuse	2013	Veolia	T
117	França	Capbreton	2013	Suez	T
118	França	Fleury les Aubrais	2013	SAUR	T
119	França	Nice	2013	Veolia	T
120	França	Rennes	2013	Veolia	T
121	França	Valence	2013	Veolia	T
122	França	Vernon	2013	Veolia	T
123	França	Aubagne / La Penne-sur-Huveaune	2014	Veolia	T
124	França	Blois	2014	Veolia	T
125	França	Capesterre-Belle-Eau (Guadalupe)	2014	Veolia	T
126	França	Castelsarrasin	2014	Saur	T
127	França	Courgent	2014	Suez	R
128	França	Fort de France - Lamentin - Saint Joseph - Schoelcher (Martinica)	2014	Suez/Veolia	T
129	França	Montpellier	2014	Veolia	T
130	França	Pays de Nay	2014	Saur	T
131	França	Troyes	2014	Veolia	T
132	Hungria	Kaposvar	2007	Suez	T
133	Hungria	Pecs	2011	Suez	R
134	Hungria	Budapeste	2012	Suez	R
135	Itália	Reggio Emilia	2012	IREN	T
136	Itália	Varese	2012	a2a	R

*A cidade aprovou rescindir o contrato mas depois negociou um "acordo de transição" com a empresa para evitar ter de pagar 450 mil dólares em taxas de rescisão. Assim, a United Water pode dizer que oficialmente o negócio não terminou.

Tabela 2 Países de baixos e médios rendimentos

137	Albânia	Albânia	2007	Berlinwasser International	R
138	Argentina	Buenos Aires	2006	Suez	R
139	Argentina	Província de Buenos Aires (74 cidades)	2002	Enron	R
140	Argentina	Província de Buenos Aires (Gran)	2006	Impregilo	R
141	Argentina	Santa Fé e Rosário	2006	Suez	R
142	Bolívia	Cochabamba	2000	Bechtel	R
143	Bolívia	La Paz/El Alto	2007	Suez	R
144	Cabo Verde	Nacional	2005	Águas de Portugal	R V
145	China	Da Chang (Shanghai)	2004	Thames	N
146	China	Shenyang	2002	Suez	R
147	Colômbia	Bogotá (estação de tratamento)	2004	Suez	R
148	Colômbia	Bogotá (fornecimento de água)	2010	Gas Capital	R
149	Gana	Nacional	2011	Vitens, Rand Water	T
150	Guiné	Conakry e 16 centros urbanos mais pequenos	2003	SAUR e Veolia	N
151	Índia	Latur	2012	SPML (Shubash Projects and Marketing Ltd)	R
152	Jordânia	Amman	2007	Suez	T

153	Kazaquistão	Ust-Kamenogorsk	2007	IR-Group	R
154	Kazaquistão	Almaty	2003	Veolia	R
155	Kazaquistão	Astana (fornecimento de água a granel)	2003	Veolia	N
156	Indonésia	Badung Bali	2013	Mahasara Buana, Intan Dyandra Mulya, Dewata Artha Kharisma	T
157	Líbano	Trípoli	2007	Suez	T
158	Malasia	Kuala Lumpur (estado de Selangor)	2014	Syabas, PNSB, SPLASH, ABASS	P
159	Malasia	Indah Water Consortium (saneamento)	2001	Prime Utilities	V
160	Mali	Bamako	2005	SAUR	R
161	Marrocos	Región de Rabat-Salé	2014	Redal (Veolia)	V
162	Marrocos	Tánger-Tetuán	2014	Amendis (Veolia)	V
163	Moçambique	Beira, Nampula, Quelimane e Pemba	2008	Águas de Moçambique (SAUR e Águas de Portugal)	T
164	Moçambique	Maputo	2010	Águas de Portugal	R
165	República Centro Africana	Bangui	2001	SAUR	R
166	África do Sul	Amahthali (Stutterheim)	2005	Suez	R
167	África do Sul	Johannesburgo	2006	Suez	T
168	África do Sul	Nkonkobe (Fort Beaufort)	2002	Suez	R
169	Tanzânia	Dar es Salam	2005	Biwater	R
170	Turquia	Antalya	2002	Suez	R
171	Uganda	Kampala	2004	ONDEO	T
172	Ucrânia	Lugansk	2012	Rosvodokoanal	R
173	Ucrânia	Kirovograd	2008	Water Services, LLC	R
174	Uruguai	Departamento de Maldonado	2006	Suez	R
175	Uruguai	Departamento de Maldonado	2005	Aguas de Bilbao	R
176	Uzbequistão	Bukhara	2007	Veolia	R
177	Uzbequistão	Samarcanda	2007	Veolia	R
178	Venezuela	Estado Monagas	2001	FCC	T
179	Venezuela	Nacional	2002	Aguas de Valencia	R
180	Vietname	Thu Duc	2003	Suez	R

Fontes: PSIRU, Food & Water Watch, Corporate Accountability International, Remunicipalisation Tracker



Ilustrações retiradas do vídeo:
Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands
http://www.youtube.com/watch?v=BISM1TPm_k8
Crédito: dentdecurir.com

FONTES

- Book: *Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands* (English, Spanish, Italian) edited by M. Pigeon, D.A. McDonald, O. Hoedeman, and S. Kishimoto. In-depth case studies (Paris, Hamilton, Buenos Aires, Dar es Salaam and Malaysia) are available at: <http://www.tni.org/briefing/remunicipalisation?context=599>
- 5-minute video animation (English, Spanish, French, Italian, Portuguese, German, Turkish, Greek) http://www.youtube.com/watch?v=BISM1TPm_k8
- Remunicipalisation tracker: Documentation of cases and campaigns on remunicipalisation around the world. www.remunicipalisation.org
- Azpiazu, D., Castro, J.E. (2012) Aguas Públicas: Buenos Aires in Muddled Waters. In Pigeon, M., McDonald, D. A., Hoedeman, O., and Kishimoto, S. (eds.), *Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands*, 58-73. Amsterdam: Transnational Institute.
- Corporate Accountability International (2014) Troubled Waters: Misleading Industry PR and the Case for Public Water. White paper, http://www.stopcorporateabuse.org/sites/default/files/resources/cai_troubledwaters_whitepaper_webres.pdf
- Food & Water Watch (2010) The Public Works: How Remunicipalization of Water Services Saves Money, <http://documents.foodandwaterwatch.org/doc/Remunicipalization.pdf>
- Food & Water Watch (2010) Trends in Water Privatization: The Post-Recession Economy and the Fight for Public Water in the United States, <http://documents.foodandwaterwatch.org/doc/PrivatizationTrends.pdf>
- Hall, D. (2012) Re-municipalising Municipal Services in Europe. PSIRU Report commissioned by the European Federation of Public Service Unions (EPSU), May (revised November) (<http://www.psiru.org/sites/default/files/2012-11-Remun.docx>).
- Jacobson, P. (2014) Hints of Widodo's approach, Asia Times Online, 8 July 2014 (http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/SEA-02-080714.html).
- Lobina, E. and Hall, D. (2013) Water Privatisation and Remunicipalisation: International Lessons for Jakarta. PSIRU Reports, prepared for submission to Central Jakarta District Court Case No. 527/Pdt.G/2012/PN.Jkt. Pst, November, <http://www.psiru.org/sites/default/files/2014-W-03-JAKARTANOVEMBER2013FINAL.docx>
- Lobina, E. and Hall, D. (2007) Experience with private sector participation in Grenoble, France and lessons on strengthening public water operations, *Utilities Policy*, 15: 93-109.
- Lobina, E. (2005) Problems with Private Water Concessions: A Review of Experiences and Analysis of Dynamics, *International Journal of Water Resources Development*, 21(1): 55-87.
- Maslyukivska, O. and Sohail, M. (n.d.) Public sector delays in Kazakhstan, the case of Almaty Sui. In *Existing constraints in the Europe and CIS region*. Material prepared for UNDP, http://europeandcis.undp.org/files/uploads/PPP/05_Constraints.pdf
- Sinaï, A. (2013) L'eau à Paris: retour vers le public. July, Paris: Eau de Paris, http://www.eaudeparis.fr/uploads/tx_edpevents/LivreRemunicipalisation_01.pdf
- Hall, D., Lobina, E. and Terhorst, P. (2013) Re-municipalisation in the early 21st century: Water in France and energy in Germany, *International Review of Applied Economics*, 27(2): 193-214.



**MULTINATIONALS
OBSERVATORY**

PSIRU



Contactos

Transnational Institute: Satoko Kishimoto satoko@tni.org
<http://www.tni.org>

Multinationals Observatory: Olivier Petitjean opetitjean@multinationales.org
<http://multinationales.org/>

**Public Services International Research Unit (PSIRU),
Universidad de Greenwich:** Emanuele Lobina E.Lobina@greenwich.ac.uk
<http://www.psiru.org/>

Água de Todos
<http://www.aguadetodos.com>

STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
<http://www.stal.pt>